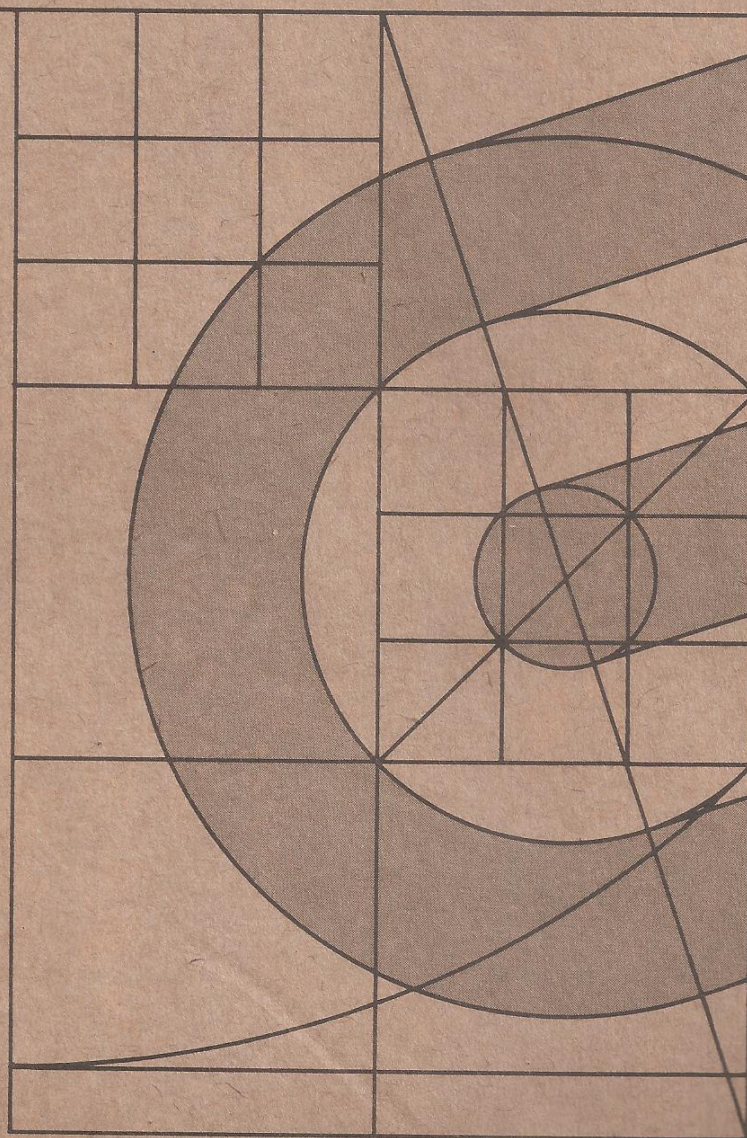


**Caderno Pedagógico**  
**1980**

**14**

# **Integração**

# **Escola-Comunidade**



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Educação e Cultura**  
**Laboratório de Currículos**

# Integração Escola-Comunidade

Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado de Educação  
e Cultura. Laboratório de Currículos.  
Integração escola-comunidade. Rio de Janeiro, 1980.

39 p. (Caderno Pedagógico, 14)

1 — Ensino — Integração — Escola-comunidade. 2 —  
Escola-comunidade — Integração. I — Título (Série).

CDU 371.03



Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura  
Laboratório de Currículos

**Caderno Pedagógico N.º 14**

# **Integração Escola-Comunidade**

Rio de Janeiro

1980

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ANTONIO DE PÁDUA CHAGAS FREITAS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
ARNALDO NISKIER

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
EDÍLIA COELHO GARCIA

CHEFE DE GABINETE  
CYLENE CASTELLÕES GALLART

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
LÚCIA VENINA DE MATTOS ALMEIDA

COORDENADORA DE ENSINO DE 1.º GRAU  
HELOISA HELENA FABIÃO MOREIRA DA SILVEIRA

DIRETORA DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULOS  
FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

Na elaboração deste trabalho participaram os seguintes técnicos:

**Do Laboratório de Currículos**

Anna Carmen Fernandes

Vera Maria Luz de Souza Nunes

**Da Coordenação de Ensino de 1.º Grau**

Annita Novelli

Herly de Albuquerque Freire

Marfiza Eugênia Tavares dos Santos

Marília Rocha

**Da Subsecretaria — Assessoria de Integração Comunitária**

Romeu Gomes

## SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	
1 — INTRODUÇÃO.....	13
2 — EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE.....	15
3 — A INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE E O PLANEJAMENTO CURRICULAR.....	19
4 — CONSELHO COMUNITÁRIO.....	21
5 — ATIVIDADES E PROJETOS A NÍVEL DE ESCOLA.....	23
ANEXOS.....	25
BIBLIOGRAFIA.....	39

## APRESENTAÇÃO

Desde o primeiro momento do nosso mandato, preocupou-nos a harmonização das atividades dos vários setores da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, na orientação de currículos e metodologias. Para se obter eficiência e eficácia, era mister, que os esforços fossem totalmente convergentes.

Por isso mesmo, este Caderno Pedagógico representa o pensamento e a ação de diversos órgãos da SEEC/RJ, especialmente o Laboratório de Currículos e a Coordenação de 1.º Grau, numa íntima cooperação com o Departamento Geral de Educação.

Todos os professores da rede oficial de 1.º grau do Estado do Rio de Janeiro receberam este trabalho, que se torna, assim, uma poderosa ferramenta nas mãos dos construtores da nossa educação. Estamos empenhados na idéia de que é preciso fazer muito mais pela qualidade do ensino. Temos certeza de que tudo estará na dependência da mudança de atitude do mestre, desde que devidamente preparado e motivado para a sua ação transformadora.

A educação não é um processo estático, mas dinâmico, de antecipação de valores e significados. Temos a pretensão de supor que, com os nossos Cadernos Pedagógicos, alcançaremos o ideal de transmitir aos professores e especialistas fluminenses uma noção adequada de procedimentos pedagógicos, através dos quais será possível chegar aos alunos com uma nova mensagem.

*Américo Trípier*



A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, através do Laboratório de Currículos e da Coordenação de Ensino de 1.º Grau, elaborou este caderno, com vistas a oferecer uma contribuição aos interessados na promoção de uma efetiva integração Escola-Comunidade.

O presente trabalho justifica-se pela visão que se tem da escola como agência de promoção humana, integrada à comunidade da qual faz parte, envolvendo a célula primária que é a família.

A problemática educacional impõe um novo conceito à escola — libertação da tradição de isolamento cultural — que deverá assumir o papel de refletir a realidade local e sistematizar e criticar as informações oriundas dos meios de comunicação.

Por outro lado, pretende refletir sobre a escola como um sistema aberto capaz de interpretar as aspirações da comunidade e criar condições favoráveis à implantação da proposta curricular.

## 1 — Introdução

Em estudo concluído pela Subsecretaria de Estado de Educação e Cultura-RJ, através da Assessoria de Integração Comunitária, sobre relacionamento escola-comunidade foi utilizado levantamento junto aos diretores de 317 escolas de educação pré-escolar, 1.º e 2.º graus e ensino supletivo, selecionadas através de critérios de amostragem. Dentre as conclusões do estudo sobre a percepção do diretor da integração escola-comunidade, destacam-se as seguintes:

— “grande número de diretores não percebe a escola como uma instituição social da comunidade”;

— “grande número de diretores encara integração como atividade de caráter assistencial e filantrópico”;

— “predomina a percepção do conceito de integração como de colaboração por parte da comunidade quando a escola solicita e como eventos esporádicos”.

Após análise das conclusões do estudo acima mencionado, fica patente uma distorção do que se entende por integração escola-comunidade. Entretanto, a atual política de educação e cultura, expressada no PAEC — 1980/83, enfatiza que os problemas de Educação e Cultura devem ser conduzidos “de maneira integrada, em processo eminentemente participativo das forças das comunidades, onde a escola será pólo privilegiado de integração, favorecendo o crescimento da cultura de que é parte”. Contrapondo as conclusões do estudo realizado às diretrizes do PAEC, ressalta-se a necessidade de se refletir mais sobre princípios norteadores para a integração escola-comunidade.

Assim, pretende-se com este documento fornecer subsídios para que as escolas possam viabilizar a política de integração com a comunidade. Com isto não significa que sejam fornecidas regras para a integração, uma vez que estaria sendo distorcida a própria filosofia das diretrizes que de uma certa forma explicita um vínculo da escola com sua realidade sócio-cultural de que é parte.

## 2 — Experiências desenvolvidas no âmbito da integração escola-comunidade

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro vem desenvolvendo algumas experiências que expressam tentativas de promover um maior entrosamento entre a escola e a comunidade. Dentre essas iniciativas, destacamos o PAEPE e o Núcleo Comunitário de Educação e Cultura do Município de Cordeiro.

**A. O Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar — PAEPE —** vem se desenvolvendo na Região Metropolitana. No início do programa foram atendidas 1.155 crianças em idades variáveis de quatro a seis anos. A experiência consiste em atendimento não convencional voltada para a atuação sobre três problemas básicos: nutrição, saúde e educação. Cada turma do PAEPE é integrada por um número de crianças que varia entre oitenta e cento e vinte. O atendimento em subgrupos de no máximo vinte crianças, é feito por oito a dez mães monitoras especialmente preparadas e por uma professora que organiza, dirige e supervisiona os trabalhos. Nas três horas que permanecem na pré-escola, as crianças recebem alimentação adequada. Na confecção e distribuição do alimento às crianças, as mães também desenvolvem hábitos de higiene e educação alimentar.

As atividades do programa têm por base uma proposta metodológica que enfatiza o uso da linguagem e partindo da cultura local. Este último aspecto é assegurado pela participação ativa das mães, que são encorajadas a trazer para o grupo suas canções, jogos, brincadeiras e histórias de criança, enriquecendo o currículo com a valorização da cultura local. Assim, cantigas de roda que se estavam perdendo voltam a ser cantadas e dançadas; a recriação artesanal de brinquedos ensina mães e filhos a brincarem juntos, desenvolvendo-lhes um tempo que, muitas vezes, nunca tiveram. Várias outras pessoas têm substituído a mãe: tias, irmãos mais velhos, avó, avô e até mesmo o pai, enriquecendo o trabalho com novas experiências. A preparação dos monitores é responsabilidade de uma equipe volante especial e se prolonga no serviço já com a orientação da professora. O sistema de rodízio entre as mães torna essa preparação uma parte constante do trabalho e assegura o envolvimento de maior número de pessoas. Já foram preparadas cerca de 4.500 mães ou outros membros da família. A preparação caracterizou-se por abordagem eminentemente prática de temas tais como: recreação, formação de hábitos, planejamento de um dia de atividades, relacionamento mãe-criança e mãe-professora e o papel da família no PAEPE.

Na área de saúde o programa não atingiu tão plenamente os objetivos previstos, por falta de condições para que se realizasse uma assistência médico-sanitária constante. Destacaram-se três tipos de atuação: campanhas de vacinação realizadas pela Secretaria de Saúde, envolvimento de universitários da Fundação Projeto Rondon, além do Projeto Educação para a Saúde, via rádio. Palestras de educação sanitária, exames antropométricos, clínicos, de vista, de audição, parasitológicos, diagnóstico e campanhas odontológicas, fluoretização dos dentes e tipagem sanguínea foram as principais atividades dos universitários da área de saúde, atuando em fins de semana. No Projeto Educação para a Saúde, o Centro de Tecnologias Educacionais da Secretaria elaborou e veiculou uma série de 15 programas destinados às mães e às professoras do PAEPE.

O PAEPE, além de proporcionar atendimento ao pré-escolar com baixíssimos custos operatórios, permite um envolvimento comunitário através da participação efetiva da família, que integrada à escola assume a pré-escolarização de suas crianças.

**B. A criação do Núcleo Comunitário de Educação e Cultura e Trabalho de Cordeiro** se constitui em experiência na linha de integração escola-comunidade, desenvolvida pelo Laboratório de Currículos.

O Município de Cordeiro foi o primeiro selecionado pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura para instalação de um núcleo que assumisse, em nível de município, as atribuições do setor. A rede de núcleos, já agora completada com a instalação de outros em todos os 64 municípios do Rio de Janeiro, compõe importante elo no processo de descentralização da ação educativa e cultural do Estado.

Cordeiro localiza-se na Região-Programa V — Serrana — que abrange dez outros municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes, Carmo, Sumidouro e Teresópolis.

A sub-região em que se situa, de economia predominantemente agrícola, oferece à renda total do Estado uma contribuição bastante fraca, reveladora do baixo padrão de vida da comunidade e da necessidade que se impõe de criar condições para sua elevação. Foi de 13,5% o decréscimo de população rural da área na última década, taxa essa ainda assim tendenciada pela globalização dos dados que incluem o Município de Nova Friburgo evidentemente um pólo em franco desenvolvimento.

Não havia, na sub-região, nenhum curso de qualificação de pessoal para o setor primário da economia. O índice de evasão escolar da já insuficiente rede de 1.º grau era de 80% nas séries iniciais. Acrescentem-se a isso, a alta taxa de repetência e a grande defasagem entre as faixas etárias e as séries escolares correspondentes. E esses dados — em si já tão dramáticos — referem-se às crianças que chegam a procurar a escola. Há que considerar, ainda, a grande faixa da população que não tem qualquer tipo de escolarização.

Definida a prioridade para a instalação do núcleo, a Secretaria elaborou um minucioso diagnóstico geo-sócio-econômico e educacional da área que constituiu documento básico para o planejamento da experiência. Digam-se de passagem que a metodologia desenvolvida veio a ser valioso subsídio, também para o planejamento do setor nas demais regiões do Estado.

Importante contribuição desse diagnóstico foi buscar não apenas os elementos quantificáveis do sistema escolar, mas considerar as características mais amplas do contexto cultural de que é parte. Somente nessa perspectiva poderá o planejamento educacional, saindo do círculo vicioso em que atua, assumir papel ativo na transformação da realidade.

A análise dos motivos pelos quais a criança não é levada à escola é altamente reveladora da irrelevância do que esta oferece ao homem do campo em termos de melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, a aspiração de melhores padrões sociais e financeiros daqueles pais que, em condições adversas, enviam seus filhos à escola está intimamente relacionada à evasão do campo, ao já tão angustiante problema da migração para os grandes centros e suas conseqüências.

O primeiro desafio que se pôs foi, então, o de criar uma escola que assumisse de fato um papel significativo para a população, voltada para seus interesses e necessidades, intimamente comprometida com a melhoria da qualidade da vida local. Para tanto, foi preciso buscar soluções que não caíssem na simplificação e conseqüente empobrecimento do ensino voltado apenas para uma ação pragmática no setor primário. Tomando-se como meta o desenvolvimento das potencialidades do homem, considerado não isoladamente, mas como ser integrando um contexto e capaz de agir sobre ele, partiu-se para a definição de currículos que transforma a escola num laboratório em intensa ação dialética com a comunidade.

O segundo desafio foi o de se instalar fisicamente o núcleo de forma a atender a um número significativo de alunos, com aproveitamento máximo de recursos. Através de entendimentos com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, obteve-se a cessão do Parque de Exposições Agropecuário Raul Veiga, admiravelmente bem instalado e utilizado apenas no mês de julho, época de tradicional exposição anual. Desta forma, os galpões, pistas de desfile, dormitórios e outras excelentes facilidades instaladas passaram a funcionar, com pequenas adaptações, como laboratórios, campos de esporte, sala-ambiente e demais espaços de educação.

No equacionamento do problema de recursos humanos, contou-se, novamente, com a inestimável participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que alocou técnicos especialmente preparados para o trabalho. Embora em menor escala, participaram também com recursos humanos outros órgãos públicos, principalmente a Secretaria de Estado de Saúde, na fase inicial. Foram realizados vários cursos preparatórios para aprimorar o corpo docente e administrativo do núcleo.

Ainda visando ao engajamento de recursos humanos da comunidade no trabalho, realizou-se um seminário que, além da sensibilização a que se propunha, possibilitou a localização daqueles recursos e seu posterior envolvimento. O seminário foi útil, também, na divulgação do projeto, resultando em grande interesse por parte de pais e futuros alunos.

A clientela foi definida em função dos grandes descompassos apontados pelo diagnóstico. Assim, estabeleceu-se a idade mínima de doze anos, a despeito da série que o aluno estivesse cursando. Escolas de 1.º grau de oito municípios passaram a ser tributárias, enviando seus alunos ao núcleo duas vezes por semana, em ônibus especialmente contratados. A parte da educação geral, responsabilidade de cada escola, é complementada no núcleo, com atividades de profissionalização, de orientação educacional, desportivas, culturais e de lazer.

Após um curso básico em agricultura, com duração de quarenta horas, o aluno opta por outros cursos específicos, cada um deles de sessenta horas. Destacam-se os de campeiro, vacinador, horticultura, cunicultura, preparo do solo, contabilidade simplificada, avicultura, jardinagem, armazenagem, operação de máquinas agrícolas, inseminação artificial, educação para o lar, culinária e cooperativismo. Os programas de saúde não se justapõem aos demais desenvolvendo-se de forma integrada a cada campo específico.

Vale destacar, em relação à prática de cooperativismo, que o núcleo criou uma associação gerida pelos próprios alunos, em forma de cooperativa, para comercializar sua produção de legumes, cereais, animais e objetos de arte e artesanato, produtos de suas aulas. Quarenta por cento do recurso arrecadado é reinvestido na associação, sendo distribuídos entre os alunos associados os sessenta por cento restantes, metade dos quais em espécie e metade em forma de depósito em caderneta de poupança.

A metodologia adotada respaldou-se nos pressupostos teóricos da epistemologia genética, ciência que analisa o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e orienta, no campo educacional, a valorização da capacidade operatória do aluno, de acordo com as estruturas características de suas diferentes fases. Equacionou-se a ação educativa a partir do educando, na qual os conteúdos das matérias assumiram o papel de meio para desenvolvimento daquelas estruturas. Nessa perspectiva, mesmo o componente curricular mais limitadamente adstrito a um pequeno campo de conhecimento relativo ao setor primário passa, em virtude da metodologia adotada, a constituir elemento de desenvolvimento das estruturas cognitivas do aluno.

Procedeu-se, então, a um levantamento preliminar para a elaboração dos programas, que partiram da definição dos perfis profissiográficos das ocupações básicas para a economia regional. Esses programas, concebidos como experimentais, tiveram seus resultados avaliados e vêm sofrendo as modificações necessárias.

Apesar de algumas limitações que sofre o Núcleo Comunitário de Cordeiro, o trabalho demonstra uma preocupação nítida do conhecimento da realidade sócio-econômico-cultural com vistas a desenvolver uma ação escolar mais voltada para a comunidade de que faz parte.

### 3 — A integração escola-comunidade e o planejamento curricular

A partir da reflexão sobre a política de integração comunitária e, ainda, tomando-se por base as conclusões do **Estudo sobre o Relacionamento Escola-Comunidade**, delineiam-se alguns princípios com vistas a nortear um programa de integração comunitária a nível de escola.

Inicialmente, impõe-se da parte daqueles que o irão organizar, um conhecimento profundo da comunidade da qual a escola faz parte. Conhecer a comunidade significa saber suas necessidades, seus problemas, anseios, aspirações e dificuldades. E é em função desse conhecimento, que os educadores levantarão os recursos com os quais poderão contar a fim de que possam realizar um trabalho integrado, visando uma troca de experiências entre a escola e a comunidade. Vários meios para este propósito podem ser previstos, tais como entrevistas, pesquisas bibliográficas e levantamentos em campo. Qualquer que seja o instrumento a aplicar, deve-se, antes, proceder a uma delimitação preliminar da comunidade, seguindo-se um critério simples como, por exemplo, a delimitação geográfica da área que atende (ver anexo I-B)

Como segundo princípio, ressalta-se a necessidade de se conceber a linha de integração tendo como fio condutor o currículo da escola. A partir do atual conceito de currículo, concebe-se o planejamento curricular como um instrumento dinâmico que procura tanto quanto possível refletir a realidade da comunidade da escola. Assim, o currículo não só busca informações da realidade sócio-cultural para a sua montagem, como também se viabiliza no trabalho dessa própria realidade. Para atingir esse objetivo, é importante que a organização do planejamento seja fundamentada nos dados obtidos a partir do diagnóstico previamente aplicado e analisado (vide Caderno Pedagógico n.º 4 — Laboratório de Currículos e Projeto: Ensino por atividades nas escolas de zona rural).

A escola que concebe um currículo dentro dessa perspectiva transforma sua comunidade em um laboratório vivo, em que proporcionará condições para que as matérias de ensino sejam concretizadas. A integração da escola com a comunidade começa com a ampliação do espaço ocupado pelos alunos. Somente quando os alunos passam a participar ativamente na escola é que os valores, as crenças e os costumes da comunidade tornam-se presentes no dia-a-dia da escola.

Para que a efetivação do planejamento se faça a contento, é necessária a participação do corpo administrativo, docente e discente da escola, bem como de representantes significativos da comunidade, que complementarão as informações do diagnóstico, apresentarão idéias e discutirão com os educadores as sugestões apresentadas.

Caberá à escola selecionar, coordenar, compatibilizar e implementar as atividades de integração com a comunidade, concretizando seu objetivo quando organiza um currículo que valoriza os programas, projetos e atividades integradoras.

Sugerimos a seguir, estratégias que a escola poderá utilizar para melhor desenvolver o trabalho de integração escola-comunidade:

- Implementar programas de integração comunitária de acordo com as necessidades e interesses da comunidade;
- Formar, reunir e coordenar “grupos integradores” (elementos da comunidade e da escola) para, segundo as expectativas e interesses do grupo, estabelecer estratégias e programas de ação;
- Questionar a funcionalidade da escola quanto à integração na comunidade em relação às expectativas e necessidades comunitárias;
- Promover oportunidades permanentes para que a comunidade aponte suas lideranças espontâneas, instituições e grupos mais significativos e participe efetivamente das atividades da escola.

Concluindo, não devemos esquecer que a integração escola-comunidade só será alcançada com a conquista da confiança da comunidade. Essa conquista, que garante o apoio que a escola receberá da comunidade, vai depender da habilidade dos educadores, exigindo deles, respeito ao próximo, tolerância e perseverança.

O esforço gasto nesse trabalho será recompensado na medida em que, com a legítima participação da comunidade, tudo na escola tende a melhorar, culminando com a sua transformação na sede das manifestações culturais da comunidade, promotora do crescimento do patrimônio humanístico local.

#### 4 — Conselho comunitário

O Conselho Comunitário criado em decorrência do Parecer n.º 206/78 do Conselho Estadual de Educação procura consolidar o desejo de todos que buscavam um meio capaz de contribuir para a mobilização da comunidade a fim de que a escola abandone a posição de "ilha" dentro da Comunidade.

À escola compete oferecer ao aluno oportunidade para que ele conheça em profundidade sua comunidade, enquanto observa o mundo com curiosidade, atenção e crítica. O conhecimento da história, costumes, tradições e valores de sua comunidade permitirá ao educando uma visão consciente da vida comunitária, evitando que se torne elemento vulnerável aos apelos propagandísticos que o fazem, muitas vezes, emigrar. Mais tarde, ao transcender a sua realidade sócio-cultural sua opção de ficar ou não, na comunidade será mais consciente, como mais consciente será sua luta para melhoria da qualidade de vida local, no caso da primeira escolha. A esperança de poder contribuir para que ocorram mudanças básicas em sua comunidade de modo a transformá-la em lugar agradável para a maioria da população, será seu maior incentivo. A escola terá contribuído, assim, para evitar rupturas motivadas por equívocos e, muitas vezes, por desesperança.

A escola, através do Conselho Comunitário, poderá exercer o papel de agência sensibilizadora, incentivadora e conseqüentemente mobilizadora.

Entretanto, faz-se necessário refletir sobre o papel desse Conselho que tanto pode oportunizar uma efetiva integração, como poderá, dentro de uma visão distorcida, servir de barreira ao inter-relacionamento escola-comunidade. Assim, junto aos objetivos do Conselho, impõe-se a necessidade de não transformá-lo numa burocratização da ação conjunta escola-comunitária. Razão por que a composição do Conselho Comunitário requer de parte do diretor sensibilidade, perspicácia, sabedoria e diplomacia na escolha dos membros que o irão constituir. O papel relevante dos líderes naturais locais, bem como os demais componentes do Conselho Comunitário não pode ser esquecido. O sucesso do trabalho pretendido dependerá em grande parte deles. A experiência profissional de cada elemento do Conselho Comunitário servirá para o enriquecimento do grupo, facilitando o entrosamento com os elementos da comunidade.

Após alguns encontros o grupo, constituído por elementos da escola e da comunidade em geral, tendo refletido a realidade local, poderá sentir a necessidade de mudanças, tais como:

- nas relações entre adultos e crianças, que em algumas comunidades impedem o desabrochar das potencialidades do indivíduo e
- nas relações do trabalho do menor, que, muitas vezes, são responsáveis por tornar o estudo mais um fardo pesado, embora o mais fácil de ser atirado para longe, ocasionando a evasão.

Enfim, mudanças resultantes da aquisição de novos conhecimentos que levem um grupo cada vez maior da comunidade a questionar o que faz, como faz, por que faz e em que acredita.

Finalmente, convém ressaltar a importância do trabalho em equipe que, mais a soma do trabalho individual, é o produto do esforço coletivo canalizado para o bem comum. O desperdício de recursos humanos e materiais será, assim, evitado.

Na impossibilidade de ser constituído o Conselho Comunitário, permanece a necessidade de a escola tentar conquistar a cooperação da comunidade, levando os alunos a participarem oficialmente do maior número de atividades comunitárias. Deve abrir a escola à comunidade (a organização de um grupo da comunidade que responderá pela escola é prática democrática e garantirá a preservação da mesma) incentivando campeonatos, artesanatos, domingueiras, etc. Nessas ocasiões os líderes presentes deverão ser incentivados a discutirem os problemas da comunidade que poderão ser resolvidos com a cooperação de todos.



## 5 — Atividades e projetos em nível de escola

### *Sugestões de Projetos*

A ação educativa desencadeada ou supervisionada pela escola, pólo natural de irradiação dessas ações, deverá contar com o concurso da comunidade de modo geral. Para tal a escola deverá transformar-se em sede de reuniões, palestras, seminários, debates, campanhas etc. A seleção dos temas que constituirão o cerne das atividades, não poderá deixar de levar em conta a importância que terão para a comunidade e a adequabilidade à clientela local. A partir dessa seleção serão então planejadas as atividades.

Por outro lado, as atividades deverão se constituir numa ampliação do currículo da escola. A operacionalização do planejamento curricular não se restringe às paredes de uma sala de aula, tampouco aos muros da escola. Ao contrário se permeabiliza por toda a comunidade. Projetos e atividades deverão ser concebidos a partir de um desdobramento do planejamento curricular e não se justapor a esse, constituindo um sistema paralelo.

As atividades aqui propostas vão apenas à guisa de sugestões. A escola, juntamente com o Conselho Comunitário, vai estabelecer as metas prioritárias para cada local, bem como viabilizá-las.

A apresentação dos temas sob a forma de projetos visa a familiarizar os organizadores e participantes com essa técnica de trabalho. O hábito de planejar, prever, avaliar e corrigir reduz de muito o risco de situações inesperadas que são **ameaças constantes ao resultado do trabalho**.

Outrossim, a previsão dos recursos humanos e materiais, geralmente escassos, desaconselhará, muitas vezes, a escolha de projetos ambiciosos. Projetos modestos, mas exequíveis, encorajarão a comunidade na busca de soluções para problemas mais complexos.

A seguir, analisamos um roteiro para a elaboração do projeto voltado para a integração escola-comunidade.

### *Roteiro para a elaboração de Projeto*

#### 1) Identificação

Nome do CRECT/NCECT, escola, projeto e ano.

Na escolha de temas de projetos, sempre que possível, dar preferência àqueles que propiciem de fato a integração escola-comunidade.

Um projeto sobre a criação de associação de ex-alunos, por exemplo, poderá enriquecer a referida integração, através da participação deles na reflexão e sugestão de soluções para os problemas, tanto da escola como da comunidade.

#### 2) Justificativa

Nesta parte, procurar-se-á explicitar os motivos que levaram à escolha do projeto. Assim, um projeto sobre a dinamização do clube de saúde justifica-se pelo papel da escola como agente capaz de desencadear mudanças na qualidade de vida da comunidade. Essa melhoria, por sua vez, envolve dentre outros aspectos a melhoria da saúde dessa comunidade.

#### 3) Objetivos

Os objetivos vão nortear todo o desenvolvimento do projeto. A sua redação deverá expressar anseios não só da escola, como também da comunidade da qual faz parte. A clareza do que se pretende alcançar faz-se necessária na redação, uma vez que só após a explicitação clara do produto desejado é que outras etapas do projeto poderão ser definidas.

#### 4) Abrangência

Um projeto que vise à integração escola-comunidade, por natureza, deve permitir uma abrangência ampla, partindo da escola e ampliando-se por toda comunidade. Por exemplo, um projeto de associação de ex-alunos pode contar com a participação de vários elementos da comunidade no levantamento de endereços dos ex-alunos e na divulgação do projeto.

#### 5) Recursos a serem utilizados

Aqui procurar-se-á definir os recursos materiais e humanos necessários para o desenvolvimento do projeto. Na definição do setor material, a idéia de otimização dos recursos já existentes não deve ser perdida de vista. Na medida em que o projeto reflete o anseio comunitário, os recursos dessa natureza poderão ser conseguidos na própria comunidade.

Em relação aos recursos humanos, faz-se necessário que sejam definidos os elementos responsáveis pelo acionamento do projeto, bem como suas competências.

#### 6) Metas

Após a delimitação dos objetivos, resultados deverão ser quantificados e as fases a serem percorridas deverão ser estabelecidas. Inicialmente, define-se que ações deverão constituir a fase de preparação e que elementos serão envolvidos. Por exemplo, no projeto de associação de ex-alunos, podemos ter como principais ações o levantamento dos egressos, o recrutamento e a sensibilização. Para isso serão envolvidos elementos do Conselho Comunitário e os próprios alunos. Na fase de execução desse mesmo projeto poderiam constar as seguintes atividades: inscrição dos associados, eleição de diretoria, elaboração do programa da associação e promoção de constantes reuniões. Mais uma vez os elementos do Conselho Comunitário e os alunos serão envolvidos juntamente com ex-alunos para o desenvolvimento dessas ações.

#### 7) Avaliação

Finalmente, na fase de avaliação, os instrumentos necessários para se analisar os resultados obtidos e o processo percorrido são definidos. Assim, questionários, entrevistas e relatórios poderão servir de caminhos para se avaliar de uma forma contínua ou final o desenvolvimento do projeto.

Junto às ações definidas nas etapas, a previsão de tempo, constituindo-se num cronograma por fases, também faz-se necessário.

**ANEXOS**

## Anexo I: Textos elaborados pela equipe do Projeto Integração Escola-Comunidade

### A — O que é a comunidade

Ouve-se muito falar em participação da comunidade, envolvimento comunitário, líderes da comunidade, ação comunitária, integração escola-comunidade. Mas em que consiste exatamente uma comunidade? Geralmente as alusões são pouco precisas e isto pode ser explicado, pois há vários caminhos para se chegar a um conceito de comunidade. Os sociólogos, sejam quais forem suas maneiras de interpretar o relacionamento humano em uma determinada área, focalizam na complexidade desse relacionamento seus conceitos de comunidade. O economista dá ênfase ao aspecto econômico desse relacionamento, enquanto o planejador urbano tende a valorizar o aspecto da sua área e assim por diante.

Isto quer dizer, então, que não é possível definir o termo comunidade?

É possível, sim. Não apenas possível, como necessário quando se planeja qualquer trabalho com a comunidade.

A partir de alguns pontos comuns a qualquer abordagem do conceito, pode-se chegar, numa primeira etapa, a uma definição simples e abrangente: comunidade é um corpo de indivíduos que se mantém juntos por laços comuns.

Há várias noções a serem consideradas aí. O que é um corpo? Feita esta pergunta a várias pessoas, várias serão as respostas. Dentre elas, destaca-se a idéia de uma coisa viva, com partes diferenciadas e interdependentes, o que forma um todo único.

Já a expressão "um corpo de indivíduos" aponta tanto para o sentido coletivo de uma comunidade quanto para a individualidade de cada elemento que a compõe.

Quais são os principais "laços comuns" que tecem as comunidades? Aqui novamente abre-se um enorme leque de respostas que indicam uma identidade cultural: valores, objetivos, interesses, proximidade física, atividades semelhantes ou que complementam são algumas das possíveis respostas.

Um segundo passo na definição de comunidade deve levar a uma abordagem operacional. Como as comunidades contêm dentro de si outras comunidades e estão por sua vez contidas em comunidades maiores, é preciso determinar o objeto do estudo em função do que se pretende fazer com esse estudo, seja ele um diagnóstico para montagem de currículo de uma escola, para realização de uma pesquisa ou para a implementação de um plano de governo.

Um outro aspecto a ser sempre lembrado é que o limite, o "contorno" de uma comunidade, não é nítido na maioria das vezes. Quanto mais complexo o relacionamento social, quanto maior a unidade em estudo, menos delineáveis se tornam estes contornos e mais relevantes se torna o estudo do inter-relacionamento dessa comunidade com outras.

## B — Sugestões para o mapeamento de comunidade de um município

A identificação das comunidades que se distribuem em determinado município e o seu mapeamento podem contribuir bastante para melhorar a qualidade do trabalho das escolas. Cada área identificada a partir de características comuns será uma unidade de planejamento.

Desta forma as escolas de uma área terão melhores condições de realizar um trabalho integrado à sua realidade, conhecendo-a para mais efetivamente atuar sobre ela como agente de melhoria da qualidade de vida no local. O estudo desta realidade imediata será feito em conjunto, evitando-se assim a duplicação de esforços e enriquecendo-se o conhecimento da comunidade.

A identificação das prioridades a serem atendidas, o levantamento dos recursos humanos, materiais e físicos, o reconhecimento das manifestações culturais locais, o planejamento conjunto de utilização de bens comuns, o intercâmbio de experiências e recursos são apenas algumas das possibilidades que se abrem na perspectiva deste trabalho.

Para o mapeamento em nível de município, sugerimos os seguintes procedimentos básicos:

- identificar e localizar, em um mapa, as áreas contíguas que apresentem características geográficas, sociais e econômicas semelhantes;
- localizar a distribuição da população, identificando os núcleos mais densamente povoados (que correspondem a pólos) e suas respectivas áreas de abrangência;
- localizar as principais vias de acesso;
- localizar os estabelecimentos de ensino das diferentes redes e de todos os graus e modalidades.

Em relação a cidades médias e grandes, podem ser utilizados os mesmos critérios na identificação de bairros e seu agrupamento em áreas que, em termos operacionais, correspondam à comunidade.

A maior ou menor profundidade do trabalho proposto dependerá, em grande parte, dos recursos com que conte o planejamento para realizá-lo. Há municípios mais privilegiados que outros no que se refere a estudos anteriores sobre suas comunidades. Alguns poderão contar com o assessoramento técnico de faculdades, cujo envolvimento, já nesta fase, pode ser valioso.

Não se propõe aqui, entretanto, um trabalho sofisticado. Propõe-se uma forma de trabalho que pode e deve partir de uma abordagem simples e honesta do estudo da realidade em que se vive com vista a melhorá-la através, no nosso caso, da atuação mais consciente e cooperativa na área de educação e cultura. Esse mapeamento poderá ser confeccionado com o auxílio dos alunos e membros da comunidade.

## C — Etapas para a criação do Conselho Comunitário

“O Conselho Comunitário é o órgão que promove a integração Escola-Comunidade, buscando uma *participação consciente e ativa e somando esforços na execução das atividades educacionais e culturais planejadas*, bem como incentivando atividades relacionadas ao lazer, pesquisas e levantamentos sobre o mercado de trabalho local e regional, programas integrados à saúde e ao bem-estar social”.

Como parte integrante do Regimento Escolar, temos o *Conselho Comunitário como dinamizador de uma educação integrada*, pois a comunidade deverá suprir a escola no que lhe falta e, também, receber dela efetiva colaboração na criação de vínculos comuns e efetivos.

### I — Embasamento Legal:

Desde a Lei Federal n.º 4.024/61, que recomenda a maior participação da comunidade nos assuntos educacionais, até a Lei Federal n.º 5.692/71 e, finalmente, o Parecer n.º 206 de 6-7-78 é solicitada a atuação da comunidade na escola, como segmento do processo educacional numa filosofia de trabalho cooperativo. Em 1978, com o Parecer n.º 206/78 surge o Conselho Comunitário que atuará paralelo aos objetivos da Educação e à Filosofia da Escola, devendo ter um estatuto a ser seguido pelos elementos que o compõem.

### II — Criação do Conselho Comunitário

Toda escola deve ser mobilizada para a criação do Conselho Comunitário. Cabe ao Diretor conscientizar e incentivar o Corpo Docente e Administrativo para que eles possam despertar nos alunos o senso comunitário, tornando-os elementos de ligação entre a escola e a comunidade.

O primeiro passo, portanto, para a criação deste Conselho Comunitário, é dado pela escola, visando promover a mobilização da comunidade.

#### *Sugestão de etapas a serem seguidas para a formação do Conselho Comunitário:*

- 1.º — *Conscientização do Corpo Docente e Administrativo*, sobre a importância do Conselho Comunitário: sua filosofia, seu embasamento legal, seus objetivos etc.
- 2.º — *Palestras informais*, nas salas de aula com o objetivo de esclarecer à clientela escolar a importância da participação da família e de outros grupos sociais no desempenho contínuo do papel comunitário.
- 3.º — *Conscientização da comunidade* através de uma reunião de esclarecimento sobre a Filosofia da Escola e o Conselho Comunitário.

OBS.: A partir desta reunião, surgirão encontros onde cada participante poderá convidar mais elementos da comunidade (proprietários de lojas, dirigentes de empresa, moradores em geral etc.).

Poderão ser utilizados folhetos, cartazes, projeções para melhor divulgação do Conselho.

- 4.º — *Identificação dos elementos de liderança da comunidade*, que poderão ser aproveitados como elementos do Conselho Comunitário. (Fase na qual se formará o Conselho).
- 5.º — *Estudo do diagnóstico da escola* (onde consta um estudo da comunidade) pelos elementos do Conselho para que tomem conhecimento da realidade onde irão atuar.

- 6.º — *Levantamento das metas prioritárias* de acordo com as necessidades e interesses da escola e da comunidade.
- 7.º — *Organização de Comissões de trabalho* para debate dos problemas existentes, divisão das tarefas prioritárias a serem executadas e meios para resolvê-los. (Definir sempre local, horário das reuniões, de acordo com os interesses do grupo e programa das etapas do trabalho a ser desenvolvido).
- 8.º — *Divulgação das tarefas a serem realizadas:*
- Na escola:
    - pelos professores na sala de aula;
    - pelos alunos, através da confecção de cartazes e debates em classe, onde expressarão sugestões para a realização das tarefas.
  - Na Comunidade:
    - cartazes colocados em lugares estratégicos, de constante trajeto da população;
    - entrevistas feitas por equipes de séries diversas, com elementos não atuantes no Conselho Comunitário;
    - distribuição de folhetos elaborados nas aulas de Comunicação e confeccionados com a colaboração de gráficas;
    - solicitação às emissoras de rádios e jornais locais para a mobilização da comunidade.
- 9.º — *O acompanhamento* deverá ser realizado durante todas as etapas do trabalho, a fim de que se possam descobrir possíveis falhas e sugerir mudanças que estejam de acordo com os objetivos traçados.
- 10.º — *A avaliação* será em função do trabalho proposto, tendo em vista as mudanças feitas e os resultados obtidos. Para tanto poderão ser usados questionários, formulários, pesquisas, a fim de detectar a participação da comunidade e os problemas surgidos e, em função disto, modificar o plano de ação para que não se repitam as mesmas falhas.
- OBS.: Cabe à escola incorporar ao seu currículo, *todas* as atividades e projetos previstos bem como as estratégias utilizadas: reuniões, pesquisas, cursos etc.

#### D — Uma biblioteca comunitária

Com o objetivo de promover o intercâmbio cultural e artístico entre a escola e a comunidade, surge a Biblioteca como uma opção de extraordinária importância.

O nome Biblioteca é apenas um instrumento formal porque suas atividades — imensamente variadas extrapolam daquelas exercidas por um órgão do gênero.

Funcionando como um centro de recreação, cultura, arte e lazer e auxiliando a escola na tarefa de educar permanentemente, a Biblioteca proporciona, não só educando o senso de responsabilidade e dever, como também permitindo àqueles que delas se utilizam encontrar campo para exercerem suas criatividadeas na literatura, teatro, pesquisa e lazer.

O aproveitamento de qualquer cantinho ocioso da escola permitirá a instalação de uma biblioteca que, embora simples, irá contribuir para a criação e consolidação do hábito da leitura e pesquisa a partir das séries iniciais.

Porém não só de livros e de estudantes institucionalizados se mantém uma biblioteca, é preciso estender a mesma aos demais elementos representativos de uma comunidade.

Inicialmente a biblioteca pode ser utilizada pela comunidade para diversas atividades que poderão servir como ponto de partida para o desenvolvimento de interesses e hábitos de leitura. Assim, por exemplo, uma exposição de artesanato, um jogo de xadrez ou uma projeção de diapositivos poderá desencadear uma busca de informações sobre as próprias atividades de seu interesse.



Anexo II: Sugestões para a organização do Conselho Comunitário da Escola  
Subsídios para o regimento escolar das escolas da rede estadual

CONSELHO COMUNITÁRIO — COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

*Do Conselho Comunitário*

Art. — O Conselho Comunitário é órgão que promove a integração Escola-Comunidade, buscando uma participação consciente e ativa e somando esforços na execução das atividades educacionais e culturais planejadas, bem como incentivando atividades relacionadas ao lazer, pesquisas e levantamentos sobre o mercado de trabalho local e regional, programas integrados, ligados à saúde e ao bem-estar social.

§ 1.º — Integram o Conselho Comunitário:

- a) O Diretor, na qualidade de seu Presidente;
- b) o Diretor-Adjunto (quando houver);
- c) os Dirigentes de Turno;
- d) o Orientador Pedagógico e 01 (um) Orientador Educacional;
- e) 01 (um) representante do Corpo Docente;
- f) 01 (um) representante da Comunidade;
- g) 01 (um) representante dos pais de alunos;
- h) 01 (um) representante da Associação de Assistência ao Educando;
- i) 01 (um) representante do empresariado local.

§ 2.º — Em seus impedimentos, o Diretor será substituído na Presidência do Conselho, pelo seu substituto eventual.

§ 3.º — Sempre que necessário, o Presidente do Conselho poderá convocar, para suas reuniões, qualquer servidor dos quadros docente e administrativo da Escola, na qualidade de assessor e sem direito a voto.

§ 4.º — Os representantes a que se referem as letras de “e” a “i” do § 1.º deste artigo terão mandatos anuais.

§ 5.º — As deliberações do Conselho só poderão ser efetivadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 6.º — A Escola estabelecerá os critérios para escolha dos representantes referidos no § 1.º deste artigo.

Art. — Compete ao Conselho Comunitário:

- a) proporcionar estratégias que multipliquem as oportunidades de formação integral dos alunos, identificando, valorizando e aproveitando situações, meios e recursos oferecidos pela Comunidade;
- b) harmonizar os procedimentos educacionais da escola com as instituições, os grupos, pessoas e agências da comunidade, despertando neles suas possibilidades de solidariedade e de ação participativa consciente, bem como criando condições para efetivação dos objetivos fixados pelas escolas;
- c) estimular e criar condições para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades educacionais e culturais da comunidade, procurando preservar a criatividade local;
- d) zelar pela constante melhoria das condições ambientais da escola, inclusive nos aspectos de conservação, manutenção e limpeza;

- e) propor à Direção medidas de integração Escola-Comunidade;
- f) elaborar normas de funcionamento interno do Conselho.

Art. — O Conselho Comunitário reúne-se ordinariamente, no mínimo, uma vez por bimestre, com data marcada no calendário escolar e, extraordinariamente, mediante convocação do Diretor ou da maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º — As reuniões extraordinárias são convocadas mediante notificação escrita com 48 horas de antecedência, indicando-se o horário, o local e o assunto objeto da convocação.

§ 2.º — Todas as reuniões do Conselho — ordinárias ou extraordinárias — deverão ser antecipadas da distribuição de agendas ou roteiro dos assuntos que serão nas mesmas tratados, sendo obrigatória a lavratura de atas sucintas que consignem conclusões, deliberações e resultados.

## Anexo III: Exemplos de projetos desenvolvidos pela FUNARJ-SEEC/RJ

### A — Projeto: O Museu vai à Escola

#### I — JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que:

- a Superintendência de Museus da Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro deve ter em mira, sempre que possível, atingir os diversos Municípios formadores do Estado do Rio de Janeiro;
- a maioria dos Municípios do Estado não possui Museu, nem Casas de Atividades Culturais;
- a criança e o adolescente se constituem um campo em potencial a ser trabalhado para gerar um público freqüentador de Museus;
- entre as atividades que os Museus se propõem a realizar estão as atividades extramuros.

Justifica-se:

a proposta de um Projeto que leve o Museu à Escola.

#### II — OBJETIVOS

- atender a vários municípios do Estado do Rio de Janeiro oferecendo exposições itinerantes em Escolas, acompanhadas de jogos educativos e atividades paralelas;
- levantamento, de acordo com o tema da Exposição, por parte das crianças da sua Comunidade;
- valorização da cultura da Comunidade por parte das crianças;
- estimular a criação de um "Museu", pelas próprias crianças, em um local da Escola.

#### III — DESENVOLVIMENTO

##### 1 — Período Pré-Exposição.

- 1.1 — Preparo de material, a ser entregue aos professores da Escola que receberão a Exposição, relativo à mesma.
- 1.2 — Preparo de material relativo ao levantamento de dados sobre a Comunidade, de acordo com o tema proposto pela Exposição.
- 1.3 — Encontro da Coordenadora do Projeto com os Professores da Unidade Escolar para entrega de material referido nos itens 1.1 e 1.2 e troca de informações.

##### 2 — Montagem e inauguração da Exposição na Unidade Escolar.

- 3 — Visita da Coordenadora do Projeto à Unidade Escolar para acompanhamento das atividades desenvolvidas durante a Exposição.
- 4 — Visita da Coordenadora do Projeto à Unidade Escolar para avaliação das atividades desenvolvidas antes e durante a Exposição, junto com a direção da Unidade Escolar, Professores e alunos.
- 5 — Avaliação do Projeto, ao final do ano, pelas Direções do CRECT, do NCECT, da Unidade Escolar, Professores e pessoal da Superintendência de Museus da FUNARJ
- 6 — Extensão do Projeto a mais 2 (dois) Municípios, no ano de 1981, seguindo as etapas do item III, de 1 a 5.

#### IV — FASES

<b>MAIO</b> — preparação para o recebimento da Exposição (levantamento de dados da Comunidade).	<b>JUNHO</b> — inauguração da Exposição. — desenvolvimento das atividades relacionadas à Exposição.	<b>JULHO</b> — Avaliação	<b>AGOSTO</b> — preparação para o recebimento da Exposição (levantamento de dados da Comunidade).
<b>SETEMBRO</b> — inauguração da Exposição. — desenvolvimento das atividades relacionadas à Exposição.	<b>OUTUBRO</b> — 1. <sup>a</sup> quinzena: avaliação. — 2. <sup>a</sup> quinzena: preparação para o recebimento da Exposição (levantamento de dados da Comunidade).	<b>NOVEMBRO</b> — inauguração da Exposição. — desenvolvimento de atividades relacionadas à Exposição.	<b>DEZEMBRO</b> — avaliação — avaliação geral do Projeto.

#### V — NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE

1 — À Superintendência de Museus caberá:

- 1.1 — preparar o material relativo à Exposição;
- 1.2 — preparar o material relativo ao levantamento de dados da Comunidade;
- 1.3 — transportar a Exposição à Unidade Escolar e da mesma para o Museu de origem;
- 1.4 — montar a Exposição na Unidade Escolar;
- 1.5 — acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas antes e durante a Exposição, juntamente com o corpo docente da Unidade Escolar.

2 — À Unidade Escolar caberá:

- 2.1 — estimular os alunos e trabalhar o material enviado relativo ao levantamento de dados da Comunidade.

B — *Projeto: A obra e a época de Casimiro de Abreu*

#### I — JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que:

- A Casa de Casimiro de Abreu (\*) deve funcionar como Casa de Cultura integrando-se dentro da sua comunidade.
- De acordo com a Lei 5.692, Língua Portuguesa e Educação Artística constituem, no 1.º grau, a área de Comunicação e Expressão.
- A criança e o adolescente se constituem num campo em potencial a ser trabalhado para gerar um público freqüentador de Museus.
- Entre as atividades que os Museus se propõem realizar estão as atividades extramuros.

Justifica-se:

a proposta de um projeto visando uma maior integração entre o Museu e a Escola.

(\*) Praça das Primaveras s/nº — São João da Barra.

## II — OBJETIVOS:

- Estimular os escolares a contatarem diretamente, lendo e compreendendo a obra de Casimiro de Abreu de uma forma lúdica levando-os a uma expressão individual quer plástica, poética ou mesmo teatral.
- Promover a integração da Casa Casimiro de Abreu com as escolas da comunidade.
- Integração das áreas de Comunicação e Expressão numa análise da cultura da comunidade, por parte de crianças e jovens.
- Estimular o interesse das crianças pelo passado da sua própria comunidade, através de um contato direto com a sua história.

## III — DESENVOLVIMENTO:

### 1.<sup>a</sup> PARTE: A OBRA DE CASIMIRO DE ABREU

período: julho a outubro de 1980.

1. Seleção de 6 (seis) poesias da obra de Casimiro de Abreu, para as 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> séries, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> séries, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> séries, sendo duas poesias para cada grupo de séries.
2. Leitura, análise gramatical e interpretação livre da poesia; em aula de Língua Portuguesa, sem interferência de interpretação da mesma, pelo professor. Este estudo deverá ser desenvolvido dentro do nível de conhecimentos de cada série.
3. Expressar plasticamente, uma interpretação livre e individual de parte ou a totalidade de uma poesia de Casimiro de Abreu, escolhida pelo aluno.
4. Os alunos podem livremente elaborar poemas de sua autoria, partindo de um mote retirado do poema estudado.
5. Exposição na Casa Casimiro de Abreu dos trabalhos realizados pelos alunos, na aula de artes.

### 2.<sup>a</sup> PARTE: A ÉPOCA DE CASIMIRO DE ABREU

período: outubro de 1980 a janeiro de 1981.

1. Realização de entrevistas em Barra de S. João, visando o levantamento da tradição oral sobre a época e vida de Casimiro de Abreu.
2. Estudo da vida familiar e comunitária na época de Casimiro de Abreu. Recolha bibliográfica.
3. Organização e realização de um sarau de poesia e música como no século XIX, de acordo com os estudos e pesquisas realizados.

### 3.<sup>a</sup> PARTE: CAMÕES E O JAU.

Peça de teatro da autoria de Casimiro de Abreu e apresentada em Lisboa em 1856 no Teatro D. Fernando.

período: janeiro a outubro de 1981.

1. Leitura e interpretação da peça "Camões e o Jau".
2. Estudo comparativo de épocas diferentes (os costumes, o vestuário, a alimentação, os transportes...) entre as três épocas (1500, 1800 e 1980).
3. Adaptação do texto para ser representado por um grupo de alunos.
4. Montagem e apresentação da peça "Camões e o Jau".

Nota: datas escolhidas para terminar cada uma das partes, outubro e janeiro correspondem, respectivamente, à comemoração do seu falecimento e nascimento.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1980.

*Algumas publicações que podem ser úteis ao trabalho proposto:*

- Monografias Municipais (IBGE)
- Informações Básicas sobre os Municípios (IBGE)
- Carta do Brasil 1:50.000
- Estudos para o Desenvolvimento Municipal (FIDRJ)
- Diagnósticos dos Municípios da Região Metropolitana (FUNDREM)
- I Planrio — (Governo do Estado do Rio de Janeiro)
- Diagnósticos de municípios e de áreas (Laboratório de Currículos)
- Levantamento Sócioeconômico da Região do Médio Paraíba (SEEC-RJ) (Murillo Alves da Cunha)
- O Novo Rio de Janeiro — Geografia e realidade Socioeconômica (Murillo Alves da Cunha — Livraria — Francisco Alves)

As publicações acima recomendadas poderão ser consultadas nas Prefeituras e/ou na Assessoria de Integração Comunitária da Subsecretaria.

## BIBLIOGRAFIA

- ARTEFATO. Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura, 1980 Ano II, n.º 13.
- BIDDLE, William W. e BIDDLE, Loureide T. *Desenvolvimento da comunidade*. Rio de Janeiro. Agir, 1972.
- BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus (Convênio MEC — Universidade de Passo Fundo). (*Idéias para conhecer sua comunidade*). Brasília, SAN Artes Gráficas LTDA. (fascículo III).
- RIO DE JANEIRO, Secretaria de Educação e Cultura. Documento para a III Conferência Interamericana de Educação Comunitária. Belo Horizonte, MEC — Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, outubro 1979.
- RIO DE JANEIRO, Secretaria de Educação e Cultura. (*Plano de ação educação e cultura 1980/83.*)
- RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Coordenação de Ensino de 1.º Grau. *Estudos referentes à integração escola-comunidade*.
- RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Laboratório de Currículos. *Planejamento escolar*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1979 (série Caderno Pedagógico, n.º 4).
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Subsecretaria. *Estudo sobre o relacionamento escola-comunidade*.

SIBLOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino. Conselho Nacional de Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1979.

Composto e impresso na  
Imprensa Oficial do Estado  
do Rio de Janeiro, à Rua  
Marquês de Olinda, 29  
Niterói, no ano de 1980



